

COP15 inclui mais 40 espécies em regras de proteção

“Nós trouxemos 60 negociadores. Os maiores especialistas em aves, répteis, mamíferos, insetos. Todos muito envolvidos nos debates que ocorreram ao longo da semana”

A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Espécies Migratórias de Animais Silvestres (COP15), em Campo Grande (MS), terminou no domingo (29) com mais 40 espécies protegidas, 16 novas ações de cooperação internacional e 39 resoluções que deverão ser adotadas pelos 132 países participantes, mais a União Europeia. Os resultados são inéditos.



Conferência firmou dez novas ações de cooperação internacional.

Segundo o presidente da COP15, João Paulo Capobianco, a conferência foi considerada um sucesso tanto no avanço coletivo, quanto nas iniciativas lideradas pelo Brasil. “Nós trouxemos 60 negociadores. Os maiores especialistas em aves, répteis, mamíferos, insetos. Todos muito envolvidos nos debates que ocorreram ao longo da semana”, afirmou.

Foram aprovadas seis das sete propostas brasileiras de inclusão de espécies nos Anexo I (espécies ameaçadas de extinção) e Anexo II (espécies que demandam

esforços internacionais de conservação) da Convenção de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS, na sigla em inglês).

As aves maçarico-de-bico-torto e maçarico-de-bico-virado foram listadas no Anexo I. O peixe pintado, o tubarão cação-cola-fina e a ave caboclinho-do-pantanal entraram para o Anexo II e as aves petréis serão incluídas nas duas listas. Outras iniciativas apoiadas pelo Brasil, mas lideradas por outros países, como a proposta francesa de inclusão da ariranha nos dois anexos da CMS, também tiveram êxito.

Das 42 propostas globais para ajustes nas listas de proteção do tratado internacional, também não foi acordada a retirada do cervo-de-Bokhara, uma espécie asiática que mesmo tendo apresentado melhora na população, ainda permanecerá protegida por mais alguns anos, até nova avaliação.

“Hoje a gente ainda tem 400 espécies no mundo que fazem migração, não estão em nenhuma lista e tem sido um esforço gradativo, para cada vez mais, a gente conseguir a proteção dessas espécies.

Conseguimos avançar em 10%. Em nenhuma outra COP houve um número tão representativo”, acrescentou o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho.

Entre as 16 ações de cooperação internacional, também foram aprovadas propostas brasileiras como o Plano de Ação para a Conservação dos Grandes Bagres Migratórios Amazônicos e as ações de cooperação para a conservação do tubarão-mangona e do tubarão-peregrino.

Sob a liderança brasileira, também foram aprovadas 39 resoluções que tratam de saúde, proteção de habitats, compatibilização com as rotas migratórias e infraestrutura, especialmente de energia, que costuma criar barreiras em relação à migração dessas espécies. “Essa convenção tem um aspecto importante de destacar. Ela é legalmente vinculante. Quer dizer que as decisões que ela toma, os países signatários têm que seguir. Ela tem força legal”, reforça Capobianco (ABR).

Por que inovação pública sem território não funciona

Guilherme Hoppe (*)

Programas públicos de apoio à inovação ocupam uma posição paradoxal nos ecossistemas inovadores. Podem atuar como motores silenciosos de transformação territorial, inclusão produtiva e geração de capacidades tecnológicas. Mas, quando mal desenhados, produzem o efeito oposto: excluem, concentram oportunidades e, em alguns casos, enfraquecem os próprios ecossistemas que pretendem fortalecer. Mais do que instrumentos administrativos, políticas públicas de inovação são arquiteturas de acesso. Elas definem quem consegue entrar, quem permanece e quem, silenciosamente, fica de fora.

A literatura internacional é clara ao apontar que políticas públicas bem estruturadas ampliam investimentos em pesquisa e desenvolvimento, criam redes e alteram comportamentos ao longo do tempo. Relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que os países líderes em inovação combinam estabilidade institucional, coordenação entre níveis de governo e políticas contínuas de fomento. O Índice Global de Inovação 2024 reforça essa constatação.

No entanto, entre a intenção e o impacto real existe um ponto crítico: o desenho do programa e sua relação com o território que pretende servir. Ecossistemas de inovação não surgem espontaneamente. Eles emergem da interação entre empresas, universidades, governo e sociedade civil.

Nesse arranjo, programas públicos cumprem funções estratégicas: reduzem riscos para empreendedores, conectam atores dispersos, difundem conhecimento e, em alguns casos, atuam como indutores iniciais de demanda. Mas a eficácia desses instrumentos não depende apenas do volume de recursos investidos. Depende, sobretudo, de como esses programas chegam ou deixam de chegar às pessoas.

Um exemplo relevante no contexto brasileiro é a rede TEIA, iniciativa da Prefeitura de São Paulo coordenada pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPA). Distribuídos por diferentes regiões da cidade, inclusive áreas periféricas tradicionalmente afastadas dos grandes circuitos de inovação, esses espaços públicos oferecem coworking gratuito, capacitação técnica e conexões com redes de mercado.

Segundo dados oficiais, a rede acumulou mais de 200 mil acessos em seus primeiros anos de operação. No mesmo período, São Paulo passou a registrar a

abertura média de mais de mil empresas de base tecnológica por mês, impulsionada por políticas municipais de desburocratização e apoio ao empreendedorismo. Os números indicam que infraestrutura pública de inovação, quando territorializada e acessível, pode funcionar como porta de entrada real para novos empreendedores.

Mas a existência da estrutura, por si só, não garante inclusão. Um dos erros mais recorrentes nas políticas públicas de inovação é confundir divulgação formal com acesso efetivo. Editais publicados em portais oficiais, plataformas digitais complexas e linguagem excessivamente técnica raramente dialogam com a realidade da maior parte da população. Em um país marcado por desigualdade digital, esse problema é estrutural.

O resultado é um fenômeno conhecido: baixa adesão interpretada como baixa demanda. Na prática, trata-se de um problema de desenho do produto público. Quando poucos se inscrevem em um programa, o mais provável é que a comunicação não tenha alcançado os públicos corretos, que os critérios tenham sido excludentes ou que o formato não dialogue com a rotina dos potenciais beneficiários. A própria OCDE tem defendido que programas eficazes incorporem escuta ativa, co-criação e metodologias centradas no usuário desde a fase de concepção.

Sem isso, surge outro risco estrutural: a captura institucional. Programas passam a atender majoritariamente atores já consolidados, grandes empresas, universidades de elite, startups bem capitalizadas reproduzindo desigualdades regionais e territoriais. O ecossistema se fortalece no papel, mas se fragiliza socialmente.

Para cidades como São Paulo e para países emergentes, o desenho dos programas públicos de inovação pode ser mais decisivo do que o volume absoluto de recursos investidos. Políticas orientadas ao território, com acesso distribuído e governança local, tendem a gerar maior diversidade de empreendedores, soluções mais aderentes aos problemas reais e maior resiliência institucional.

Programas públicos são instrumentos poderosos. Mas inovação não se propaga sozinha. Ela é construída por pessoas, em territórios concretos. Quando políticas públicas ignoram essa dimensão, tornam-se infraestruturas vazias bem-intencionadas, bem regulamentadas, mas incapazes de produzir impacto duradouro.

(*) - É coordenador do Ibrawork (<https://ibrworksp.com.br/>)

Serviços de órgãos federais para se proteger de golpes

Com o período para enviar a declaração do Imposto sobre a Renda, os contribuintes devem ficar atentos e reforçar a proteção para não cair em golpes virtuais. Serviços da Receita Federal e do Banco Central protegem o Cadastro de Pessoa Física (CPF) contra golpistas, evitam a abertura de empresas em seu nome e ajudam no controle de contas bancárias. Conheça abaixo alguns serviços disponibilizados pelo governo federal.

No caso do CPF, a Receita Federal disponibiliza o serviço de “Proteção do CPF” que pode ser usado para impedir que um CPF seja incluído de forma indesejada no quadro societário de pessoas jurídicas. A ferramenta é gratuita e protege o documento em todo o território nacional. “Caso deseje participar de algum CNPJ [Cadastro Nacional

de Pessoas Jurídicas], o cidadão poderá reverter o impedimento de uso do seu CPF de forma simples, acessando a própria funcionalidade e alterando a situação”, informou o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O Banco Central (BC) oferece a ferramenta BC Protege + que possibilita às pessoas informarem bancos e outras instituições do sistema financeiro que não têm interesse em abrir contas bancárias. A ferramenta também impossibilita que as pessoas sejam incluídas como responsáveis em contas de terceiros ou empresas. O serviço é gratuito e pode ser ativado ou desativado por meio do Meu BC.

O BC oferece ainda o serviço Registrato, que amplia a segurança dos dados pessoais. Por meio dele, os cida-

dãos podem consultar dados pessoais ou de empresas que bancos e outras instituições do sistema financeiro compartilham com o BC. O serviço permite ao usuário verificar dívidas, conferir suas chaves Pix cadastradas e identificar contas que não reconhece, entre outros relatórios.

Caso encontre uma conta bancária falsa em seu nome, o usuário do sistema pode registrar um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil e entrar em contato com o banco para bloquear e encerrar a conta. O acesso é realizado por meio de uma conta Gov.br nível prata ou ouro, com a verificação em duas etapas habilitada. O acesso aos relatórios de empresas pode ser feito por pessoas devidamente cadastradas na plataforma de serviços do Governo do Brasil. O sistema também pode ser acessado no Meu BC (ABR).



NEGÓCIOS em PAUTA

lobato@netjen.com.br

A – Linha 6–Laranja

A construção da Linha 6-Laranja, projeto do Governo de SP, conduzido pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), que ligará a região da Brasilândia, na zona norte, à Estação São Joaquim, no centro da capital, alcançou 80% de execução. O primeiro trecho, entre Brasilândia e Estação Perdizes, será entregue no segundo semestre de 2026. Já o segundo trecho, de Perdizes até São Joaquim, tem conclusão prevista para 2027. Ao todo, a nova linha contará com 15 estações, que vão ampliar a oferta de transporte público de alta capacidade no estado e fortalecer a integração entre as regiões Norte, Oeste e Central.

B – Terceira Pista

O Consema, órgão integrante do Sistema Ambiental Paulista, aprovou o parecer técnico da Cetesb, que avaliou a viabilidade ambiental do projeto da terceira pista do Sistema Anchieta-Imigrantes. Com 21,6 quilômetros de extensão, a nova ligação entre o planalto e a Baixada Santista é considerada uma das obras rodoviárias mais complexas do país. Cerca de 91% do trajeto será em túneis. A nova via vai ligar o km 43 da Rodovia dos Imigrantes ao km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, próximo ao polo industrial de Cubatão, facilitando o acesso ao Porto de Santos.

C – IA e Big Data

O ICMC da USP, em São Carlos, está com inscrições abertas para a próxima turma do MBA em Inteligência Artificial e Big Data. Com 450 horas de conteúdos preparados por docentes e pesquisadores da USP,

o curso é oferecido na modalidade online. O público-alvo é composto por profissionais envolvidos na resolução de problemas e interessados em ampliar seus conhecimentos em inteligência artificial (IA) e big data, com formação superior em ciência da computação, engenharia de computação, sistema de informação, análise e desenvolvimento de sistemas, estatística, matemática computacional, administração e áreas correlatas. Saiba mais: (<https://mba.iabigdata.icmc.usp.br/>).

D – Bolsas de Estudo

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo está com inscrições abertas para vagas do programa BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio). São 20 mil oportunidades para estudantes das 2ª e 3ª séries matriculados no itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio em escolas da rede estadual. Os estudantes serão admitidos na condição de estagiários. Deverão cumprir uma jornada entre 12 e 20 horas semanais. Os valores das bolsas variam de R\$ 422,03 a R\$ 851,46. A Educação já tem 11.600 estagiários. A meta é chegar a 30 mil até o fim de 2026. O cadastro pode ser feito no site (www.beem.sp.gov.br).

E – Teoria dos Jogos

A Universidade de São Paulo sediará a quarta edição do International Workshop on Game Theory and Economic Applications entre 26 de julho e 2 de agosto, em São Paulo. O workshop oferecerá aos participantes a oportunidade de interagir com alguns dos pesquisadores mais proeminentes na área da teoria dos jogos, incluindo seis laureados com o Prêmio Nobel: Robert Aumann, Eric Maskin, Roger Myerson, Alvin Roth, Robert Wilson e Paul Milgrom. A programação consistirá em minicursos,

conferências e sessões de apresentação de trabalhos. Os cursos começarão em um nível introdutório e abordarão as fronteiras das pesquisas atuais. Mais informações: (www.iwgtea.feia.usp.br/).

F – Segurança do Trabalho

Estão abertas as inscrições, até o próximo dia 10, da 10ª edição do Prêmio Seconci-SP de Saúde e Segurança do Trabalho. O prêmio tem como objetivo reconhecer, valorizar e disseminar as melhores práticas integradas, desenvolvidas nos canteiros de obra, que contribuam para a promoção da saúde, da segurança, da proteção ao meio ambiente e da responsabilidade social no setor da Construção Civil no Estado de São Paulo. Inscrições e mais informações: (<https://premioseconci-sp.com.br/>).

G – Melhores do Mundo

Nove cursos oferecidos pela Unicamp estão na lista dos 100 melhores do mundo em suas respectivas áreas, segundo o ranking da consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS) divulgado na quinta-feira (26). Três desses cursos aparecem entre os 50 melhores das suas especialidades: Odontologia (26º lugar), Engenharia de Petróleo (38º) e Antropologia (42º). Os resultados mostram que a área de Engenharia e Tecnologia mantém a melhor classificação (112ª posição) e a maior pontuação (73,9, de um máximo de 100), considerando a média ponderada de todos os indicadores avaliados.

H – Arte Latino-americana

A mostra Joaquín Torres García – 150 anos chega ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Brasília em 31 de março, com entrada gratuita, e fica em cartaz até 21 de junho. A exposição reúne um amplo conjunto de obras do artista uruguaio em diálogo com trabalhos de mais de 70 nomes da arte moderna e contemporânea, propondo um novo olhar sobre sua trajetória e sua contribuição para a consolidação de uma linguagem artística latino-americana com projeção internacional ao longo do século XX. A classificação indicativa é livre, e os ingressos podem ser retirados na bilheteria ou pelo site (<https://ccbb.com.br/>).